

# As vicissitudes da participação do movimento hip hop nos espaços institucionais

Resultado de Pesquisa Finalizada

GT 20 - Sociedade civil: Protestos e movimentos sociais

Autora: Mônica Rodrigues Costa

Co-autora: Vanessa Maria Gomes Barboza

## Resumo

Em nossas pesquisas acerca do movimento hip hop, identificamos pouca disposição para a participação em mecanismos institucionais, desse modo investimos no curso da participação no espaço social, no entanto, a ocorrência da participação institucional nos dois últimos anos levou-nos a incluí-la como objeto de pesquisa e oportunidade para compreender suas incursões neste cenário. Elegemos a Conferência Municipal da Juventude e o Orçamento Participativo e Temático da Juventude da Cidade do Recife, que ocorreram no ano de 2011 como matéria prima. Nas observações e conversas informais, localizamos desafios para pautar suas demandas e para seu fortalecimento como sujeito coletivo nesses espaços. Além disso, constatamos que as desigualdades de gênero se expressam no exercício de representação do movimento, o que a nosso ver é desfavorável à aprendizagem coletiva, favorece a concentração de poder e obstaculiza que a pluralidade de demandas do movimento tornem-se pautas políticas públicas.

**Palavras chave:** movimento hip hop, participação social, espaços institucionais

## Introdução

Os estudos desenvolvidos, acerca do movimento hip hop na cidade de Recife, indica certa ressignificação da esfera política, da cultura e da própria forma de engajamento social de jovens pobres provocados por fatores como, o desencantamento com a política convencional e as respostas insuficientes do Estado para as suas pautas e necessidades, o que lhes demanda constante mobilização.

Nesses estudos enfatizamos as relações entre arte e política e os efeitos dessa participação para a ressignificação de suas vidas, tanto na dimensão pessoal quanto coletiva. Desta forma, buscamos trabalhar com uma perspectiva ampliada de participação social, articulando as dimensões pessoais e coletivas, o campo político ao cultural e às relações de gênero.

Para os estudos pós-estruturalistas sobre movimentos sociais e participação social, a cultura e a política contribuíram para ampliar o universo investigativo através da valorização dos ganhos objetivos e subjetivos, materiais e simbólicos. Para este campo, a desnaturalização e desreificação dos “objetos” nos possibilita “escapar das análises substancialistas” (SILVA, 2007, p.481)

De fato, pudemos observar uma expansão da participação social no contexto democrático nacional com a entrada em cena de diferentes movimentos sociais que deram visibilidade às problemáticas antes latentes dinamizando e requalificando o conflito social, a partir dos anos 1980. Particularmente a juventude figura como grupo social que contribuiu para inovar os termos da participação, boa parte do seu engajamento situa-se no campo cultural e da comunicação em interface com a política.

Encontramo-nos, desde a formatação das inovações político-jurídicas do regime democrático, frente a importantes desafios em relação a nossa cultura política. Trata-se de um terreno de disputas por sentidos, valores e princípios com implicações para a mudança social, pondo em perspectiva o desenvolvimento, a erradicação ou manutenção das desigualdades sociais.

Neste sentido, consideramos relevante refletir acerca da participação do movimento hip hop nos mecanismos institucionais, tendo em vista os rumos atuais de tais inovações para o segmento juvenil. Foram implantados no Brasil na última década alguns mecanismos de participação juvenil, a exemplo da Conferência Nacional de Juventude, e alguns direitos a este segmento, além de programas e projetos governamentais direcionados aos jovens pobres, que são apontados como práticas de contenção e controle deste segmento social, em razão da permanente associação juventude-crime e em detrimento do fortalecimento de sua autonomia e do seu reconhecimento como sujeito.

Vários estudiosos do movimento hip hop (WELLER, 2005; MATSUNAGA, 2008; SOUZA, 2011) indicam as políticas alternativas por ele geradas em todo o Brasil para instaurar oposições a este cenário, geralmente políticas autônomas que investem na construção de redes de sociabilidades, contudo, há poucos estudos sobre sua relação com espaços convencionais/institucionais de participação, provavelmente em razão de sua pouca disposição para esse tipo de investimento.

Nossas pesquisas em Recife e, mais recentemente em Caruaru corroboram com a pouca disposição do movimento para esse tipo de participação, porém, notamos a sua ocorrência no período de 2011 a 2012, o que nos intrigou e motivou a refletir acerca destas iniciativas recentes por parte dos jovens do movimento hip hop, principalmente por conta de aspectos que dizem respeito a esse contexto: 1) histórico de mobilização que prioriza articulação de grupos e jovens que praticam os elementos da cultura hip hop; 2) participação incipiente, esporádica e descontínua nos espaços institucionais; 3) relações assimétricas de poder impostas pelos adultos, com formato disciplinador e pouco afeito a inovações no modo de operacionalizar e expressar suas demandas e, por fim 4) a experiência de suas comunidades, do assédio de políticos vinculados à cultura política assistencialista e clientelista, que resulta na negatividade da política.

Neste contexto as iniciativas de participação do movimento hip hop em espaços institucionais causou-nos inquietação e, apesar de nossas investigações seguirem o curso da participação no espaço social, aproveitamos a oportunidade para nos aproximar de suas novas incursões participativas. Elegemos as observações e conversas informais registradas em diário de campo, durante o acompanhamento a participação dos jovens do movimento hip hop na Conferência Municipal da Juventude e o Orçamento Participativo e Temático da Juventude da Cidade do Recife, que ocorreram no ano de 2011 para refletir, devido à participação ativa do movimento e ao contexto de disputa que normalmente ocorre nesse espaço, ainda por se tratar de espaços criados pelas gestões do Partido dos Trabalhadores-PT nos últimos 12 anos na cidade e, portanto, que estavam naquele momento em consonância com a política nacional.

Entendemos que para os jovens do movimento hip hop a iniciativa de participação nestes espaços, configurou-se como uma experiência, no sentido de identificar os jogos políticos presentes, as demandas por articulação e o diálogo baseado em pautas políticas em disputa e/ou conflito.

## **Das Ruas às Formalidades da Participação**

No esteio das lutas e dos movimentos sociais dos anos 1960 no cenário mundial, a mobilização dos negros norte-americanos por direitos é relevante e impulsionam as lutas contra o racismo, a discriminação e as exclusões sofridas por muitas gerações de afrodescendentes. Não é diferente para o movimento hip hop, que é norte-americano em sua origem e busca inspiração e nutrição nesta fonte, para instaurar uma ética e estética política. “Deste modo, as expressões culturais no movimento hip hop ganham feições de protesto, contestam o *status quo*, mobilizam a organização de grupos com atuação

comunitária e constituem uma relação ambígua com a indústria cultural” (COSTA & SILVA, 2011 p.02-03).

O movimento hip hop é reconhecido por visibilizar a desigualdade social, ocupando os espaços públicos com seus elementos artísticos (o break, o grafite, e o rap), que possibilitam aos jovens o desenvolvimento de sua criatividade, a construção de discursos de oposição apoiados no quinto elemento - o conhecimento<sup>1</sup> - e espaços próprios de vivência de sua condição juvenil.

A expansão mundial do movimento hip hop ocorre por encontrar terreno fértil, especialmente junto a jovens pobres, negros e latinos cujas condições de vida em diversas sociedades são precárias, seu discurso trata dessas problemáticas e os convida a tornarem-se sujeitos, através da articulação entre a política e a cultura (COSTA & MENEZES, 2012).

Em âmbito nacional emerge na década de 1980, tem seu primeiro registro em 1988 na cidade de São Paulo, com uma coletânea intitulada “Hip Hop Cultura de Rua”, pela gravadora Eldorado (SORAYA, 2007). O título da coletânea informa a própria natureza do movimento, que nasce nas ruas das cidades, geralmente em lugares periféricos e áreas degradadas, que implica o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos da ordem da cidadania.

Desse modo, ao ocupar o espaço público com suas produções artístico-culturais os jovens buscam expor e subverter as relações assimétricas de poder que constituem historicamente a distinção entre centro e a periferia das cidades, com o propósito de provocar, ainda que de modo simbólico, o deslocamento dessa relação.

Por isso é tão importante e desafiador para os e as grafiteiros/as deixarem suas marcas nos locais de visibilidade das cidades, fissurar as fronteiras estabelecidas para sua circulação pública, ao mesmo tempo em que rompem com associações do tipo juventude/periferia/crime. Seus traços, passos e rimas se afirmam em discursos que articulam criatividade e desigualdade social, suas performances anunciam silêncios e liberdade.

O movimento hip hop da cidade de Recife compartilha valores e princípios que definem a cultura política do coletivo e orienta à ação desta identidade coletiva em sua universalidade. As suas particularidades se referem à complexidade e pluralidade de orientações em sua relação com outros sujeitos e o contexto social.

A presença dos jovens de periferia na cena pública constitui para Novaes (2006), uma das grandes novidades quanto à participação da juventude atual, menos pelo fator de localização geográfica, e mais pelo que significa em termos de identidade relacionada a estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos de parcela significativa de jovens que apresentam voz ativa no espaço público. Nesse sentido, faz-se notar a forte influência de manifestações culturais tais como o *funk*, o *punk* e o movimento *hip hop* (BOGHOSSIAN e MINAYO, 2009).

O *hip hop* se apresenta ao mesmo tempo como cultura e movimento, se expressa a partir de elementos artísticos com diferentes linguagens (corporal, verbal, visual) que articulam a estética uma ética contestatária, portanto, estabelece elos entre a cultura e a política. Segundo Mouffe (1988), citada por Prado (2001, p. 152) quanto à discussão de participação e ação coletiva,

A temática da ação coletiva, mesmo aparecendo com outras denominações, entrou no cenário de reflexões científicas desde que a questão do reconhecimento tanto das desigualdades sociais, como da necessidade de equivalência dos direitos sociais apareceu na cena pública como questões políticas, ou seja, quando as relações de subordinação

---

<sup>1</sup>O elemento conhecimento opera o campo dos valores ético-políticos do movimento, a partir de um ideário justiça social e da memória ancestral que constitui sua identidade coletiva, cujos referentes são a história de luta dos negros, seus líderes e sua herança cultural.

tornaram-se relações de opressão e puderam constituir-se em antagonismos sociais, rejeitando qualquer legitimidade da naturalidade nas hierarquias sociais.

No caso do movimento *hip hop*, identificamos tratar-se justamente de uma articulação entre a produção cultural e a ação política, a partir de um conjunto de desigualdades a que os jovens estão expostos, as linguagens que utilizam para se expressar mobilizam suas leituras da realidade e vocalizam suas lutas.

Sua perspectiva coletiva se define pelo compromisso com a transformação da vida de outros jovens, preocupados em oferecer alternativas, às dificuldades do cotidiano e “convoca-los a assumir um lugar de sujeito, de produtor cultural, de ressituar-se neste mundo por meio de novas construções políticas” (MENEZES e COSTA, 2012, 41).

Em tais ações político-culturais do movimento, foi possível observar se tratar de um movimento cujo locus privilegiado de ação são as ruas das cidades, o espaço público, o que implica marcar presença em diferentes territórios, que não são simplesmente localizações geográficas, mas campo relacional de forças, relações de poder espacialmente delimitadas em um contexto específico.

O que também pode nos remeter “as raízes históricas mais densas dos processos de exclusão social, tais como os legados do colonialismo” (SCHERER-WARREN, 2011, p.18), se considerarmos que as ruas sempre foram os lugares dos excluídos -moradores de rua, dos “marginais”, dos despossuídos, dos abandonados etc.

Além disso, estes espaços foram ocupados historicamente e privilegiadamente pelos homens em contraponto com o espaço privado, comumente associado às mulheres, configurando a gramática político-social casa-rua. Tal gramática instaura sociabilidades diferenciadas para homens e mulheres baseadas no código binário biológico masculino e feminino.

O código binário pautado na diferença sexual sustenta o repertório de desigualdades presentes em nossa cultura, que significa, particularmente para as mulheres, um conjunto de limitações às suas possibilidades de ser e existir, reiterando de forma mais explícita ou sutil a sua condição de subalternização, seja com relação aos homens, seja com relação a outras mulheres que se encontrem em posição hierárquica superior (COSTA, MENEZES, MONTENEGRO, SAMICO, 2012, p.238).

Acionamos a desigualdade de gênero em razão dos desafios existentes para a circulação no movimento e na cidade pelas jovens mulheres e, por conta das tensões vividas por elas em sua participação no movimento *hip hop* na cidade de Recife. Desafios e tensões presentes, inclusive na participação em mecanismos institucionais como o Orçamento Participativo e a Conferência Municipal da Juventude. O que nos leva a pautar a “discussão de gênero inspirada em uma perspectiva de democracia radical, cujo modelo hegemônico masculino representa um adversário com quem se deve duelar permanentemente em busca de justiça social” (COSTA, MENEZES, MONTENEGRO, SAMICO, 2012, p.239).

### **Orçamento Participativo e a Conferência da Juventude: vicissitudes da participação do Hip Hop**

Recife é dividida territorialmente em 94 bairros, distribuídos em seis regiões político-administrativas (RPAs). O município reconhece a existência de 66 zonas especiais de interesse social (ZEISs), disseminadas pelo espaço urbano. Frente à existência de aproximadamente 490 favelas, as quais representam 15% da área total do município e 25% da área ocupada, as ZEISs agregam cerca de

80% delas (Prefeitura de Recife, 2008). As ZEISs significam o reconhecimento da existência de áreas ocupadas, em geral, pela população pobre da cidade, sem infraestrutura adequada e em situação de risco. Assim, morros e encostas fazem parte desse cenário.

Durante as três gestões do Partido dos Trabalhadores, de 2001 a 2012, vigorou o Orçamento Participativo-OP como lógica de gestão na cidade, apesar do discurso a favor da chamada “inversão de prioridades”, não foi suficiente para reverter o quadro de desigualdades historicamente instaurado, contudo, é necessário reconhecer os investimentos de orçamento público em demandas e necessidades da população, o que supostamente colocou a periferia em situação privilegiada de negociação durante este período.

Sobre o Orçamento Participativo (OP) na cidade da Recife o Relatório Final da Fundação Getúlio Vargas (FGV), indica haver reconhecida trajetória histórica no que se refere à participação política na cidade. A exemplo do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesses Sociais – PREZEIS, que resulta de uma história de luta pelo direito a cidade. A marca do Orçamento Participativo do PT, foi seu poder deliberativo sobre 100% do recurso público municipal para investimento, preservando aspectos já conhecidos dos OPs de outras cidades: gestão democrática, controle social, etc.

É bem verdade que o jogo político interno no PT, gerou incongruências e rompimentos em sua última gestão (2009-2012), alterando o rumo político até então adotado. Os desentendimentos entre lideranças no partido impactaram negativamente as lideranças do PT na sucessão eleitoral no campo da esquerda. A partir de 2013 o prefeito eleito pelo Partido Socialista Brasileiro-PSB altera a lógica de gestão, o OP sofre solução de continuidade e até o momento não há definição de instrumento que favoreça a relação entre investimento do orçamento público e participação social.

A gestão do PT buscou ampliar a metodologia de trabalho do Orçamento participativo, a partir da criação de algumas Plenárias Temáticas, cujos temas se referiam a diferentes problemáticas e, geralmente temáticas antes desprivilegiadas, caso da Plenária Temática da Juventude do Recife, as Plenárias concorrem com outros espaços de deliberação, principalmente os Conselhos. O que do nosso ponto de vista pode esvaziar as discussões e deliberações nos Conselhos. Segundo site atual (totalmente modificado pela nova gestão) da prefeitura da cidade de Recife a Plenária

(...) é mais uma etapa do processo de gestão democrática do Orçamento Participativo. Além de debater e eleger as prioridades do segmento para a cidade, os participantes encontram uma estrutura que reflete a identidade dos jovens, com muitas atrações, vivências de esporte e lazer e ainda apresentações musicais. (...) Na plenária, os jovens decidem, através de votação, quais as prioridades e quem serão os delegados do Orçamento Participativo no seu segmento. Os temas da cédula de votação são escolhidos pelos próprios jovens em uma preparação que percorre todas as regiões do Recife. Em 2011, mais de 2.000 jovens participaram de 17 reuniões preparatórias. Em cada encontro, eles puderam expor suas idéias e registrar as sugestões em painéis que serviram como subsídio para a elaboração das propostas. Os temas tratados foram: cultura, esporte e lazer; educação; territórios juvenis e segurança cidadã; ciência, tecnologia e comunicação; saúde; trabalho e renda e participação política (RECIFE, 2013).

Note-se que a dinâmica processual da Plenária Temática da Juventude é diferencial, foram incluídas “(...) algumas atividades esportivas e lúdicas (como futebol e apresentações de bandas) para a juventude participante, parecia mesmo uma festa” (Diário de campo, 27/11/2011). Valorizamos o esforço institucional de dialogar politicamente com este segmento social incorporando novas

linguagens, numa tentativa de tornar atrativa a participação, contudo, pode contribuir para sua despolitização.

As Plenárias Temáticas significam um momento em que o segmento pode dialogar entre pares, de modo a possibilitar a fruição do debate, uma oportunidade de desenvolver processo socioeducativo em direção a práticas políticas democráticas, uma vez que eleitos os delegados e as propostas vão concorrer nas Plenárias do OP em igualdade com outras demandas e necessidades da cidade e seus cidadãos. Pareceu-nos, portanto, estranho que durante duas horas de atividades não houve nenhum momento de articulação para discussão entre os jovens.

Na prática a Plenária é funcional ao OP, já que “(...) próximo às 16h horas, (...) no salão principal começou a articulação por parte dos organizadores para apresentação das propostas (feita por meio oral e eletrônico em datashow) e dos candidatos a delegados (na verdade existiam 47 candidatos, mas apresentaram-se menos de 10) (Diário de campo, 27/11/2011)”. A ênfase na eleição de delegados e de propostas que seriam conduzidas a Plenária Municipal do OP é desfavorável à construção de lógicas participativas e a produção de debate político pelo segmento e de deslocamentos na política, como afirma Neves (2007, p. 406).

Os desafios para a mudança na política mostraram que entre o discurso e a prática há ainda um caminho a ser construído na consolidação do processo democrático, uma vez que o PT, com o discurso em que dava ênfase ideológica a um novo modo de exercer a política, sofreu limitações à consolidação da democracia participativa, em especial, no enfrentamento de práticas políticas (...)

Tais desafios rebatem de muitas e diferentes maneiras para os jovens do movimento, uma vez que “(...) o campo da participação política convencional ou representacional é marcado historicamente por problemas de natureza instrumental (...)” (MENEZES e COSTA, 2012, p.16) e, em suas experiências cotidianas há comumente “(...) apropriação das energias políticas de determinados locais (bairros ou comunidades) para conquista de votos, ou para fazer valer as ideias e ideais de um partido (...)” (MENEZES e COSTA, 2012, p.16).

Nossa preocupação está localizada no sentido de que experiências de participação institucional permitissem deslocar os posicionamentos de recusa em relação à política institucional e partidária, a partir de uma participação calcada no fortalecimento de processos formativos e de adensamento da esfera pública democrática.

De modo contrário, identificamos que a entrada no jogo político institucional, pôs em risco a própria identidade coletiva do movimento hip hop, uma vez que sua entrada na dinâmica do jogo político colaborou para manutenção da instrumentalidade da Plenária. Não houve nenhum questionamento da dinâmica e os jovens presentes apenas se mantiveram coesos quanto às propostas do movimento, especialmente a da Casa do Hip Hop, considerada pelos seus líderes e adeptos como uma das maiores conquistas do movimento naquele ano.

Segundo Laclau (1997, p.12) “como estas instituições são, entretanto, ideológica e culturalmente moldadas pelos grupos dominantes, o perigo é que a identidade diferencial do grupo em luta se perca”. A adesão ao jogo político representacional pode significar uma conflitualidade que os coloca em oposição ao que defendem; podem ter que abrir mão de seus princípios ético-políticos, uma vez que a política representacional exige negociações e acordos.

No caso das Conferências Municipais, as mesmas se configuram como espaços de discussão mais abertos a participação da coletividade, já que em sua formulação há maior possibilidade de representação dos diferentes grupos de uma cidade. Acompanhamos a realização da II Conferência

Municipal, que fez parte do circuito de consulta popular juvenil em nível municipal sobre políticas públicas para a juventude. Com o tema Juventude Desenvolvimento e Efetivação de Direitos, visou assegurar a participação da juventude na construção de uma política que permita ao jovem cumprir o lema “Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil”, proposto para a Conferência Nacional. Nela estavam presentes mais de 500 jovens de diversos grupos e segmentos sociais da cidade.

A maior parte de participantes eram jovem-adolescentes (de 15 a 29 anos), do sexo masculino. Esse perfil está em acordo com a representação do movimento hip hop na Conferência, a maioria eram praticantes dos elementos Break, Mc’s e Dj’s. Um deles, já adulto, sobressaía como figura de liderança ou pessoa de referência para os jovens presentes. Sobre a presença feminina nas duas atividades mencionadas, podemos considerar que embora presentes, quantitativamente não era significativa, o que reduz o poder de negociação na eleição de pautas políticas a serem defendidas nos dois espaços de participação. Na Conferência Municipal e na Plenária Temática da Juventude, houve representação feminina do movimento hip hop nas posições de delegadas e delegada-suplente.

A ação política do movimento na Conferência foi mais articulada, observamos que houve maior articulação com grupos do movimento de juventude negra, jovens de terreiro, movimento negro e diversos movimentos culturais e, menos com jovens de movimentos esportivo, estudantil, LGBT. Chamou-nos a atenção certa coesão do grupo representante do movimento hip hop, que indica uma possível articulação prévia como estratégia política, de modo a garantir representatividade e legitimidade neste cenário político.

Além de discutir o texto básico da Conferência Nacional, a etapa Recife também teve por finalidade fazer a relação entre as políticas municipais e o Plano Nacional de Juventude e, ainda, elaborar documento com as propostas da cidade e eleger os delegados para a etapa estadual. A proposta dos gestores da Prefeitura do Recife era fortalecer o papel da juventude na gestão municipal, aliar as reuniões preparatórias com o processo de construção do OP Juventude, assim como fez em 2010 (RECIFE, 2011).

O acompanhamento da participação do movimento nesses espaços institucionais nos permitiu ampliar nossas reflexões acerca de seus posicionamentos políticos em relação a diferentes pautas, especialmente aquelas que dizem respeito às vivências das desigualdades. Não podemos deixar de considerar que estamos falando de uma juventude pobre em profunda desigualdade social, cujos conflitos que instaura buscam dar visibilidade e mesmo enfrentar esta situação. Nesses termos “(...) a busca por igualdade e o conflito acabam por se implicar e retroalimentar” (ARAÚJO, 2009, p.65).

A vida pública contemporânea, marcada pela diversidade das demandas políticas, coloca o desafio pela igualdade de status das reivindicações. Para que as reivindicações tenham conseqüências mais inclusivas ou de longo alcance faz-se necessário qualificar os termos da participação. Compreendemos que a participação em um movimento como o hip hop abre um campo de possibilidades para os/as jovens atuarem politicamente no espaço social, vergar sobre si, a seu favor e em prol da sua comunidade o pertencimento a classe social menos favorecida e a sua condição de gênero.

Atualmente o desenvolvimento da cidade segue a mesma lógica do estado, uma vez que prefeito e governador pertencem ao PSB. Há um foco na realização de obras, especialmente, na construção equipamentos e corredores de mobilidade que adequam a cidade para receber as equipes que participarão da Copa do Mundo e torcedores. Várias obras se realizam em locais em que houve desapropriações, áreas ocupadas geralmente por grupos populacionais pobres, que receberam pífias indenizações.

A dinâmica econômica é pouco diversa na cidade, com elevado índice de desemprego, embora o DIEESE (2009) registre queda na taxa de desemprego ainda é bastante elevada 19,2%, especialmente para a população jovem. Os dados sobre mortalidade juvenil na capital e no estado são preocupantes, estudos indicam que as mortes são circunscritas a aspectos estruturais da sociedade e da convivência de

grupos, assim, são referentes ao contexto macrosocial. Segundo os dados do *Mapa da violência de 2012* do Instituto Sangari (WAISELFISZ, 2012), em Pernambuco, dos jovens que morreram, 50,1% foram por homicídio. Pernambuco figura entre os seis estados em que os óbitos juvenis por homicídio estão acima da mortalidade geral juvenil.

As muitas manifestações de massa que se espalharam por todo o Brasil, na cidade de Recife vêm num crescente desde o ano de 2012, iniciando com o Ocupeestelita movimento emblemático na defesa do direito a cidade e, em oposição à especulação imobiliária e seus “grandes empreendimentos” empresariais, que desconsideram os sujeitos e a qualidade de vida. Outras manifestações na cidade são impulsionadas pela expulsão de populações tradicionais e históricas por toda a cidade e na região metropolitana em razão da realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, com jogos que ocorrerão na região metropolitana de Recife.

Além disso, o poder público tem favorecido processos de privatização da gestão da coisa pública, a exemplo, das UPAS – Unidades de Pronto Atendimento em Saúde pública espalhadas pela cidade com baixa resolutividade e articulação com a rede de serviço do SUS-Sistema Único de Saúde e com gestão privada.

Até o momento não encontramos nenhuma referencia sobre o arrefecimento das políticas de participação institucional nas manifestações públicas na cidade, mas também não é possível afirmar que inexista insatisfação em outras formas de manifestação. Entretanto, causa estranheza o silêncio de tantas lideranças da cidade que no decorrer desses onze anos estiveram à frente nas decisões sobre as prioridades de investimento dos recursos públicos.

## **Considerações**

Observamos que alguns dos desafios, especificamente para os jovens do movimento hip hop, tem raízes na adoção de práticas políticas conservadoras, disfarçadas de inovação e de um suposto entendimento do que seja ser jovem no mundo atual. A dinâmica operada na Plenária Temática da Juventude reforça visões que defendem certa apatia política por parte dos jovens na contemporaneidade. Nos opomos frontalmente a estes posicionamentos acerca da participação juvenil.

Consideramos também que a inclusão da ludicidade nas práticas políticas não deve concorrer para deslocar ou desfocar a qualidade do debate nestes espaços sob os riscos de graves prejuízos para as aprendizagens da participação, especialmente de grupos não afeitos a participação ou não socializados para ela.

Para que os jovens possam pautar suas demandas, especialmente os jovens pobres, o fortalecimento da dimensão coletiva e do entendimento do conflito em sua inerradicabilidade, é fundamental e afeta sua condição de sujeito especialmente nesses espaços.

Além disso, constatamos que os representantes do movimento nestes espaços são geralmente homens que ocupam lugar de destaque, liderança e com relações na política partidária, o que não foi problematizado no decorrer dos eventos, a despeito das cotas para mulheres na política convencional. Portanto, as desigualdades de gênero se expressam no exercício de representação do movimento, o que a nosso ver é desfavorável à aprendizagem coletiva, favorece a concentração de poder e obstaculiza que a pluralidade de demandas do movimento tornem-se pautas políticas públicas.

## **Referencias Bibliográficas**

ARAÚJO, Cícero. República, participação e democracia. IN: AVRITZER, Leonardo (org.) Experiências Nacionais de Participação Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.



BOGHOSSIAN. Cynthia. O. e MINAYO. Maria Cecília. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

COSTA, Mônica R. & MENEZES, Jaileila de A. “Festa estranha com gente esquisita”: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: CASTRO, Lucia R.; MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco A.M. Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2012

COSTA, Mônica R.; MENEZES, Jaileila A; MONTENEGRO, Cybelle A. SAMICO, Shirley L. “Acho que a gente veio meio que para quebrar isso”: as tensões de gênero e a participação no movimento hip hop. In: CASTRO, Lucia R.; MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco A.M. Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2012

COSTA, Mônica R; SILVA, Josiane M. Reflexões sobre a identidade negra no movimento hip hop. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Os territórios de ação política de jovens do movimento *hip-hop*. Em *Pauta*, v. 6, n. 24, dez. 2009.

LACLAU, Ernesto. Sujeito da política, política do sujeito. *Política Hoje*, Recife, v. 4, n.7, jan.-jun. 1997.

\_\_\_\_\_. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: Mendes, C. (coord.); Soares, Luiz E. (ed.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Matsunaga, Priscila Saemi. As representações sociais da mulher no movimento Hip Hop. *Psicol. Soc.*, Abr. 2008, vol.20, nº1, p.108-116.

NEVES, Ângela V. Espaços públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

Novaes, R. (2009). *Hip-hop: o que há de novo*. Acesso em: 04 julho, 2009. Disponível em: <http://www.redemulher.org.br/generoweb/rnovaes.htm>.

PRADO, Marco A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicologia Política*, 2000.

RECIFE. Prefeitura Municipal. Plenária Temática da Juventude e Conselho Municipal da Juventude. Acesso em; 02/08/2013. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/>

SILVA, Marcelo K. dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil *In*: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

SCHERER-WARREN, I. S. Para uma Abordagem Pós-Colonial e Emancipatória dos Movimentos Sociais. *IN*: *Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora UFSC.

Souza, Angela Maria de. Repensando as Relações de Gênero Através das Práticas Musicais de Jovens: O Movimento Hip Hop. *Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Disponível em: <[WWW.fazendogenero.org.br](http://WWW.fazendogenero.org.br)>> Acesso em: 11 de maio de 2011.

SORAYA, Mira Reis. **O rap na mídia: discurso de resistência?** 2007.77f. Dissertação (mestrado em lingüística) Universidade de Taubaté. Taubaté. 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Unesco/Instituto Ayrton Senna, 2004.

\_\_\_\_\_. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WELLER, W. 2005. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos feministas*, vol. 13, nº 1, 107-126.